



**COI, ONU E A RETÓRICA DO ESPORTE COMO FERRAMENTA PARA PAZ E DESENVOLVIMENTO:  
NOTAS CRÍTICAS**

Resumo - O Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Organização das Nações Unidas (ONU) são instituições que tiveram suas gêneses influenciadas pelo discurso de promoção da paz em um mundo que vinha sendo atravessado por guerras. Essas duas organizações, no século XXI, têm desenvolvido agendas políticas com propostas convergentes, apresentando narrativas sobre paz, desenvolvimento e outras questões sociais emergentes. Pode-se citar como exemplo dessa convergência de agendas os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) articulados pela ONU, e as Agendas Olímpicas 2020 e 2020+5, desenvolvidas pelo COI. Observando essas semelhanças discursivas históricas e recentes, inclusive no que tange à utilização do esporte como ferramenta para paz e desenvolvimento, é evidente que COI e ONU compartilham certas narrativas. Todavia, há uma lacuna na literatura em língua portuguesa no que diz respeito à análise da relação entre estas duas instituições. Portanto, este estudo teve como objetivo articular, através de dados de literatura nacional e internacional, reflexões e análises sobre a relação histórica entre COI e ONU, em perspectiva crítica. Analisando a origem de ambas as instituições, foi possível perceber que, desde os seus nascimentos, houve influência etnocêntrica e hegemonia de poder do Norte Global. O COI foi forjado por europeus, assim como a filosofia do Olimpismo. No que diz respeito à ONU, essa instituição teve os Estados Unidos como principal nação atuante na sua formulação, e estabeleceu sua perspectiva de paz e desenvolvimento a partir de ideais do Norte Global. Na segunda metade do século XX, o discurso do Esporte para o Desenvolvimento e a Paz se tornou uma ferramenta conveniente para ambas as instituições, o que acabou por, aos poucos, aproximá-las. No século XXI, a relação entre as duas organizações tem se mostrado mais concreta, com o COI ganhando considerável prestígio dentro da ONU.

Palavras-chave: Movimento Olímpico; organizações internacionais; etnocentrismo; hegemonia de poder.

**IOC, UN AND THE RHETORIC OF SPORT AS A TOOL FOR PEACE AND DEVELOPMENT: CRITICAL  
NOTICES**

Abstract - The International Olympic Committee (IOC) and the United Nations Organization (UN) are institutions whose genesis was influenced by the discourse of promoting peace in a world that had been ravaged by wars. In the 21st century, these two organizations have developed political agendas with converging proposals, presenting narratives about peace, development and other emerging social issues. Examples of this convergence of agendas include the Millennium Development Goals (MDGs) and Sustainable Development Goals (SDGs) articulated by the UN, and the Olympic Agendas 2020 and 2020+5, developed by the IOC. Looking at these historical and recent discursive similarities, including the use of sport as a tool for peace and development, the IOC and the UN share certain narratives. However, there is a gap in the Portuguese-language literature when it comes to analyzing the relationship between these two institutions. Therefore, this study aimed to articulate, through data from national and international literature, reflections, and analysis on the historical relationship between the IOC and the UN, from a critical perspective. By analyzing the origins of both institutions, it was possible to see that, since their inception, there has been ethnocentric influence and hegemony of power from the Global North. The IOC was forged by Europeans, as was the philosophy of Olympism. As far as the UN is concerned, this institution had the United States as the main nation active in its formulation and established its perspective of peace and development based on ideals from the Global North. In the second half of the 20th century, the discourse of Sport for Development and Peace became a convenient tool for both institutions, which gradually brought them closer together. In the 21st century, the relationship between the two organizations has become more concrete, with the IOC gaining considerable prestige within the UN.

Keywords: Olympic Movement; international organizations; ethnocentrism; hegemony of power.

**COI, ONU Y LA RETÓRICA DEL DEPORTE COMO HERRAMIENTA PARA PAZ Y DESARROLLO:  
NOTAS CRÍTICAS**

Resumen - El Comité Olímpico Internacional (COI) y la Organización de las Naciones Unidas (ONU) son instituciones en cuya génesis influyó el discurso de promover la paz en un mundo asolado por las guerras. En el siglo XXI, estas dos organizaciones han desarrollado agendas políticas con propuestas convergentes, presentando narrativas sobre la paz, el desarrollo y otras cuestiones sociales emergentes. Ejemplos de esta convergencia de agendas son los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM) y los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) articulados por la ONU, y las Agendas Olímpicas 2020 y 2020+5, desarrolladas por el COI. Teniendo en cuenta estas similitudes discursivas históricas y recientes, incluido el uso del deporte como herramienta para la paz y el desarrollo, está claro que el COI y la ONU comparten ciertas narrativas. Sin embargo, existe un vacío en la literatura en lengua portuguesa a la hora de analizar la relación entre estas dos instituciones. Por ello, este estudio se propuso articular, a través de datos de la literatura nacional e internacional, reflexiones y análisis sobre la relación histórica entre el COI y la ONU, desde una perspectiva crítica. Analizando los orígenes de ambas instituciones, se pudo constatar que, desde su creación, ha existido una influencia etnocéntrica y una hegemonía del poder del Norte Global. El COI fue forjado por europeos, al igual que la filosofía del olimpismo. En cuanto a la ONU, esta institución tuvo a Estados Unidos como principal nación activa en su formulación, y estableció su perspectiva de paz y desarrollo basada en ideales del Norte Global. En la segunda mitad del siglo XX, el discurso del deporte para el Desarrollo y la Paz se convirtió en una herramienta conveniente para ambas instituciones, que poco a poco las fue acercando. En el siglo XXI, la relación entre ambas organizaciones se ha hecho más concreta, y el COI ha adquirido un prestigio considerable en el seno de la ONU.

Palabras-clave: Movimento Olímpico; organizações internacionais; etnocentrismo; hegemonia del poder.

*Gabriel Felipe Silva  
Coelho*

*gabriel.f.coelho@ufv.br*

*Universidade Federal de  
Viçosa, Brasil*

*Doiara Silva dos Santos*

*Universidade Federal de  
Viçosa, Brasil*

*[http://dx.doi.org/  
10.30937/2526-  
6314.v9.id214](http://dx.doi.org/10.30937/2526-6314.v9.id214)*

*Recebido: 07 mai 2025*

*Aceito: 06 ago 2025*

*Publicado: 06 nov 2025*



## Introdução

No fim do século XIX, em meio a guerras e conflitos globais, organizações internacionais começaram a se estabelecer visando a promoção da paz em um mundo onde os choques entre os Estados eram resolvidos por meio de guerras. Neste contexto, em 1894, se estabeleceu o Comitê Olímpico Internacional (COI), responsável por ser a entidade máxima do Movimento Olímpico, propagador do Olimpismo internacionalmente. O discurso de promoção da paz e disseminação de valores de pretensão universal acompanhou o COI desde seu nascimento, organização essa que viria a conquistar espaço considerável no cenário internacional ao longo do século XX<sup>1</sup>.

Factualmente, instituições como o COI não solucionaram o problema dos conflitos internacionais na primeira metade do século XX, época em que o planeta amargou duas grandes guerras. Justamente após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, nasceu a Organização das Nações Unidas (ONU), com um discurso muito similar ao do COI, ancorando-se nos ideais de promoção da paz, universalização de valores e desenvolvimento<sup>2</sup>.

Nos anos recentes, COI e ONU articularam ações políticas muito convergentes, o que chama atenção para a existência de uma relação de proximidade entre as duas organizações. No que concerne à ONU, foram desenvolvidos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), no início do atual século, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no ano de 2015. Segundo Roma<sup>3</sup> os ODM surgiram como 8 grandes objetivos globais que deveriam ser assumidos pelos Estados-membros da ONU, ancorados pela ideia de desenvolvimento estabelecida no século XX. Os ODS, por sua vez, vieram como ‘herdeiros’ dos ODM.

A agenda dos ODM estabelecia metas pautadas na busca pela eliminação da extrema pobreza e da fome no mundo, por meio da implementação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção da igualdade de gênero, políticas ambientais, e uma proposta de parceria global para o desenvolvimento sustentável. Os objetivos culminaram em 21 metas, com 60 indicadores, a serem perseguidas durante o intervalo temporal de 1990 a 2015<sup>4</sup>.

Em 2015, portanto, vieram os ODS, substituindo os ODM, estabelecidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Foram instituídos 17 ODS, com 169 metas globais, que elegem pautas como a erradicação da pobreza e da fome, saúde e bem-

estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, sustentabilidade, redução das desigualdades, paz e justiça.

O COI, durante o mandato de Thomas Bach (2013-2025), estabeleceu agendas políticas muito alinhadas às da ONU. Trata-se da Agenda 2020, criada em 2014, no início do mandato, e sua continuação, a Agenda 2020+5, de 2021. Estas agendas constroem um diálogo entre Movimento Olímpico e pautas sociais globais como igualdade de gênero, desenvolvimento, sustentabilidade, fair-play, direitos humanos e digitalização. Segundo Rubio<sup>4</sup>, trata-se de uma tentativa de resposta a uma crise de credibilidade que o COI e os Jogos Olímpicos atravessam desde o início do século XXI.

Para além disso, como apresentam Schreiner, Kastrup e Mayer<sup>5</sup>, historicamente, COI e ONU têm compartilhado o esporte como uma ferramenta retórica que o apontam como capaz de promover paz e desenvolvimento, objetivos que aparecem nos discursos de ambas as organizações desde sua gênese. A propósito, não apenas o COI, mas outras organizações internacionais, como a ONU, possuem papel ativo no desenvolvimento de ações e programas de Esporte para o Desenvolvimento e a Paz. Isso se dá especialmente em países considerados em desenvolvimento, ou aqueles mais atravessados por guerras e conflitos<sup>6</sup>.

Ainda que estes fatos chamem atenção para um potente e atual interesse de estudo, existe uma lacuna evidente na literatura portuguesa no que diz respeito à análise da relação entre o COI e a ONU. Poucos pesquisadores mostraram-se interessados em compreender o porquê destas instituições articularem ações parecidas, desenvolverem discursos similares e um interesse comum no esporte como ferramenta para paz e desenvolvimento. Neste sentido, este estudo teve como principal objetivo articular reflexões e análises sobre a relação histórica entre o COI e a ONU, em perspectiva crítica. Para tanto, buscou-se na produção científica nacional e internacional literatura sobre cada instituição em sua relação com o esporte. Faz-se um uso crítico desta literatura, sobretudo quanto à perspectiva ocidental cêntrica e eurocêntrica.

### **O despertar do Comitê Olímpico Internacional: uma criatura europeia**

No século XIX, pós-Iluminismo, Revolução Industrial e Revolução Francesa, a Europa vivia um contexto em que, através das escolas inglesas, estabelecia o seu conceito de esporte moderno. Paralelamente, o aristocrata francês Pierre de Frédy, conhecido como

Pierre de Coubertin, admirava como a Inglaterra utilizava o esporte como instrumento pedagógico civilizador, apaziguador, domesticador e doutrinador, elementos que traziam aproximação entre esporte e colonialismo<sup>7</sup>. Em uma sociedade que vivia em meio a acirramentos de conflitos de classe e entre nações, o esporte servia como ferramenta para manter o controle social, especialmente sobre a classe trabalhadora, e buscar o que, na perspectiva dos burgueses europeus, significava paz e harmonia.

Para além da admiração pelo esporte inglês, Coubertin era admirador das práticas corporais ritualísticas que são conhecidas como Jogos Olímpicos da Antiguidade, ocorridas em Atenas milhares de anos atrás. Nos Jogos da Antiguidade, os gregos utilizavam das práticas corporais para buscar beleza, força e se aproximar dos deuses, em rituais corporais religiosos, e em alguns casos, fúnebres, onde os praticantes não temiam lutar até a morte pela vitória<sup>8</sup>. Coubertin era um estudioso dos Jogos da Grécia Antiga e ressaltava elementos como beleza e reverência ali presentes.

Pierre de Coubertin estava inserido em uma França que amargou a derrota para a Alemanha na guerra franco-prussiana e questionava os métodos ginásticos franceses em sua eficácia para a juventude. Para ele, a França tinha muito o que aprender com a Inglaterra e com a Grécia Antiga, que utilizava das práticas corporais para preparar guerreiros e formar um *ethos*. Era uma compreensão ambígua de esporte como apaziguador, e ao mesmo tempo, capaz de preparar para guerras<sup>9</sup>.

Neste contexto, Coubertin almejava o ressurgimento dos Jogos Olímpicos, desta vez, ancorado na ideia de internacionalização do esporte, através da universalização das regras das modalidades esportivas. Utilizando como a pauta do Amadorismo esportivo, que atraía nobres europeus que dispunham de tempo livre para praticar esportes sem receber nenhum dinheiro ou benefício, Coubertin convocou uma Conferência Internacional na Universidade Sorbonne, em Paris. Segundo Rubio<sup>1</sup>, nesta conferência, havia uma plateia de 2 mil pessoas, que representavam 79 sociedades esportivas e universidades de 13 nações. Assim, foram propostas regras para a universalização de modalidades esportivas, e a criação do COI, autoridade suprema do Movimento Olímpico, responsável por propagar internacionalmente os valores do Olimpismo, sistematizar a participação dos atletas e das modalidades incluídas, e organizar, de 4 em 4 anos, no período de uma Olimpíada, uma edição dos Jogos Olímpicos. Em seus anos formativos, o COI era: “[...] uma aventura de nobres excêntricos e aristocratas que

requeria uma grande soma de dinheiro e de energia para convencer governos e atletas a correrem diversos pontos do planeta na difusão de uma ideia e de uma prática (p. 4)”<sup>1</sup>.

Estavam estabelecidos, por Coubertin e apoiadores, o COI, o Movimento Olímpico, e os valores do Olimpismo de pretensão universalista, relacionados à promoção da paz, igualdade, justiça, excelência, desenvolvimento harmonioso do ser humano, respeito mútuo e amizade<sup>10</sup>. Estabelecendo os ideais do Olimpismo na Carta Olímpica, o COI se ergueu a partir de um discurso romântico apaziguador e que posiciona a entidade máxima do Movimento Olímpico como neutra e apolítica<sup>10,11</sup>.

O grego Demetrius Vikelas viria a se tornar, dentro deste contexto, o primeiro presidente do COI, com a missão de administrar a entidade pré-primeira edição dos Jogos Olímpicos, em Atenas, 1896. Após isso, Pierre de Coubertin finalmente assumiu a presidência do COI e o controle de sua criatura, sendo o mais longo presidente da história, com um mandato que durou 29 anos. Depois do mandato de Coubertin, a Europa manteve sua hegemonia na presidência do COI, que em 130 anos de história teve apenas 9 presidentes, praticamente todos europeus, com exceção do estadunidense Avery Brundage<sup>12</sup>.

Como Giglio e Rubio<sup>12</sup> apontam, o COI, em seu início, foi estruturado com um sistema de organização em que os novos membros eram convidados a participar por membros mais antigos, dando-se preferência a nobres, ricos e europeus, e garantindo a hegemonia europeia ao longo de toda a história da organização. Essa hegemonia existia para além da presidência, mas também entre os membros. A lógica da representatividade reversa, em que os membros do COI são considerados embaixadores do Olimpismo em seus países ao invés do contrário, serviu como um instrumento de exercício de poder dentro do COI e afirmação do discurso apolítico.

Estruturados o Movimento Olímpico, o Olimpismo e o COI, a retórica do apoliticismo da organização fortaleceu-se não apenas um romantismo e idealismo do criador Pierre de Coubertin, mas também um mecanismo de manutenção do *status quo*, uma tentativa de escape de desafios políticos, econômicos e sociais e manutenção da governança<sup>13</sup>.

Na realidade, o COI, ao longo de sua história, precisou ser diplomático e realizar diversas articulações políticas. Com o decorrer dos anos e transformações sociais, o discurso apolítico começou a se transformar dentro da entidade máxima do Movimento

Olímpico e da fala de seus presidentes. A título de exemplo, o presidente Lord Killanin reconheceu a existência de um vínculo entre esporte e política. Juan Samaranch, por sua vez, afirmou a necessidade do próprio Olimpismo de servir-se da política. Thomas Bach, mais recentemente, criou agendas que cooptam pautas sociais por meio de uma politização discursiva - onde o discurso retórico torna-se mais importante que a prática social<sup>12,14</sup>.

Na atualidade, o COI conta com 109 membros ativos e 40 membros honorários. Ainda que a superioridade numérica dos europeus tenha diminuído com o crescimento de americanos, asiáticos, oceânicos e africanos ocupando espaços no COI, muitos destes membros acabam por atuarem num certo grau de subordinação nas dinâmicas de poder, a fim de continuar a ocupar estes espaços que lhes permitem participação nas relações sociopolíticas que atravessam o esporte internacional e, de certa forma, entrar nas disputas das relações de poder com algum papel ou protagonismo<sup>12</sup>.

### **A Organização das Nações Unidas: retórica de promoção da paz e desenvolvimento ancorados na hegemonia do Norte Global**

No período pós-Segunda Guerra Mundial, após a emergência de sistematizar a busca pela manutenção da paz e evitar prejuízos a gerações futuras, países vencedores da guerra, predominantemente europeus e ocidentais, arquitetaram a criação da ONU, em 26 de junho de 1945. O grande marco de sua fundação se dá com a Carta de São Francisco, subscrita por 50 Estados, de predominância da Europa e das Américas<sup>15</sup>.

No contexto da criação da ONU, os Estados Unidos, que estava se formando como uma superpotência internacional pós-Segunda Guerra, exerceu poder para constituir a organização como um importante instrumento de dominação hegemônica global. Desde 1939, com operações militares ainda acontecendo no contexto da guerra, o Departamento de Estado dos Estados Unidos arquitetava a criação da ONU, que deveria ser mais efetiva que a Liga das Nações, visando trazer aos Estados Unidos a chance de exercer influência sobre acontecimentos mundiais. Posteriormente, juntaram-se aos Estados Unidos outros quatro países que viriam a formar o ‘grupo dos cinco’, sendo estas as nações detentoras de maior poder dentro das Nações Unidas. Compõem o ‘grupo dos cinco’, os Estados Unidos, a França, o Reino Unido, a China e a Rússia - União Soviética, no momento do despertar da ONU. Estas nações se envolveram com a estruturalização da ONU a partir

do discurso de serem policiais do planeta e defendê-lo contra aqueles que pudessem ameaçar a manutenção da paz no cenário pós-Guerra<sup>2</sup>.

Junto ao nascimento da ONU, vieram seis órgãos principais, sendo eles, a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado. O Conselho de Tutela teve suas operações suspensas em novembro de 1994<sup>16</sup>.

Na Assembleia Geral, cada Estado-membro da ONU possui um representante, e assim, tendo cada um, por direito, um voto. Todavia, essa posição exerce poder de forma limitada, uma vez que as cinco cadeiras do Conselho Nacional de Segurança possuem poder de veto e detêm mais força nas decisões. Ela envolve a adoção de textos chamados de resoluções e escolhe um sujeito para o cargo administrativo mais importante dentro da ONU, o de Secretário-Geral, definido a partir de recomendação do Conselho Nacional de Segurança<sup>2</sup>.

O Conselho Nacional de Segurança das Nações Unidas surge para fortalecer a retórica da manutenção da paz e segurança internacional, e foi arquitetado pelos Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética, em 1945<sup>17</sup>.

Nele, existem as cadeiras permanentes, que possuem poder de veto na Assembleia Geral, sendo ocupadas pelo ‘grupo dos cinco’, com países do Norte Global (Estados Unidos, França e Reino Unido), possuindo a maior concentração de poder. Além de interferir diretamente no Secretariado, o Conselho Nacional de Segurança também elege os 15 juizes que compõem a Corte Internacional de Justiça.

O Conselho Econômico e Social aparece subordinado à Assembleia Geral e atua na definição de políticas, pautas e atividades, no âmbito da estabilidade política e equilíbrio socioeconômico. Também há, neste contexto, prevalência do ‘grupo dos cinco’ nos assentos, assim como permanência contínua décadas após décadas<sup>2</sup>.

O século XX promoveu mudanças que, com a ascensão dos Estados Unidos como superpotência, transformaram o projeto de poder eurocêntrico em ocidental cêntrico, concentrando o poder supranacional nos países do Norte Global. A ONU nasceu e se desenvolveu a partir de um projeto da modernidade que buscava mover e garantir a supremacia dos valores ocidentais, construindo, nos anos 1940, um modelo de continuidade da hegemonia de poder eurocêntrico, mas que se apresenta com a liderança dos Estados Unidos. Para Silva e Boff<sup>2</sup>: “É nesse arcabouço que a ONU, constituída como

uma agência que compõe um regime internacional de liderança estadunidense, segue reproduzindo os valores eurocêntricos existentes desde o início da colonização nas Américas (p.70)”.

Como argumentam Silva e Boff<sup>2</sup>, os Estados Unidos e a agenda da ONU se tornaram um mecanismo de reprodução de valores eurocêntricos que se espalharam pelas Américas no processo de colonização. A ONU é estruturada com uma roupagem ocidentalizada, eurocêntrica e imperial, ancorada pela retórica de cooperação entre nações, valores universais e promoção da paz. É neste contexto que surge também o conceito de desenvolvimento, tão importante para as Nações Unidas no desenrolar de sua história. Aqui, o que é considerado como desenvolvimento ou não, se situa numa perspectiva unilateral, do Norte Global, onde os demais países, marginalizados, aparecem como ‘subdesenvolvidos’ ou ‘em desenvolvimento’, e os centralizadores de poder deveriam intervir para garantir paz e desenvolvimento nos países ‘atrasados’<sup>2</sup>.

O extinto Conselho de Tutela foi criado pela ONU para que a organização pudesse atuar sobre territórios considerados sem governo próprio, administrando-os e fiscalizando-os. Essa atuação admite a função de ‘domesticar’ as nações colonizadas e conduzi-las para liberdade e progresso, dentro de uma perspectiva dos países do Norte Global. Os objetivos da ONU e do Conselho de Tutela soam como universais e positivos para os países colonizados, mas foram construídos a partir da ótica dos países ocidentais, do Norte Global, se apresentando como valores de universalidade e progresso<sup>2</sup>.

Com o desenrolar de sua história, a ONU, que no século XXI possui 193 membros, manteve seu enfoque na retórica da promoção da paz e no desenvolvimento, dominada pelo Norte Global, em um discurso que passou por transformações ao longo dos anos. A ideia de desenvolvimento sustentável se diluiu dentro das iniciativas de promoção da paz, traduzindo-se em metas que deveriam contribuir para um mundo mais pacífico<sup>18</sup>. Isso culminou no surgimento dos ODM e ODS.

Na atual conjuntura, os ODS apresentam-se como o principal mecanismo retórico para afirmar uma participação internacional da ONU na promoção da paz, no desenvolvimento, e propagação de valores universais, sustentados pela organização desde seu surgimento e que operam a partir de uma lógica de dominação dos países do Norte Global.

## **O encontro de dois gigantes: COI e ONU, uma aliança conveniente**

A história do COI e da ONU, seus interesses e construções discursivas apontam para várias semelhanças. São grandes organizações internacionais, que ganham força e poder no século XX, por meio de narrativas que as apontam como instituições apaziguadoras, politicamente neutras e que atuam em prol de uma ideia de desenvolvimento, propagando, internacionalmente, valores universais. Não surpreendentemente, as duas organizações originam-se a partir de expressões de poder de uma hegemonia europeia e do Norte Global, que acabaram por colocar seus valores etnocêntricos sob uma roupagem universal. Com tantas semelhanças, não é surpresa que, em determinado momento, as organizações viriam a se encontrar.

A relação entre o COI e a ONU começa a vir à tona, ainda que discreta a princípio, logo no despertar das Nações Unidas, após 1945. Neste momento, o COI já havia se estabelecido como uma organização internacional atuante na promoção da paz e de valores universais, com os Jogos Olímpicos já estabelecidos como um fenômeno de alto poder de alcance. Paralelamente, algumas outras organizações internacionais, como a ONU, começaram a aparecer com discursos semelhantes aos do COI, mas que operavam de maneira diferente<sup>19</sup>.

O Movimento Olímpico detinha em suas mãos o esporte como instrumento para a promoção da paz, e a ONU, inicialmente, não deu a devida importância para as práticas esportivas como possibilidade de fortalecer seu discurso e prestígio político. Esse cenário começa a mudar com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), agência da ONU criada com o mesmo objetivo de manutenção da paz e segurança do planeta, mas utilizando da educação, das ciências e da cultura como subsídios. Em 1972, o desinteresse no esporte passou a ser revisto a partir de uma iniciativa da UNESCO, que começa a enxergá-lo como uma possível ferramenta educacional, criando o Conselho Internacional de Educação Física e Esporte, e posteriormente, a Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO<sup>20</sup>.

A UNESCO mostrava-se interessada em controlar várias vertentes da produção cultural humana. Através de um discurso de que o esporte é um fenômeno universal, começou a atuar na esfera esportiva. Um contexto de rivalidade entre COI e ONU vinha à tona, mas o que aconteceu concretamente foi uma não interferência por parte do COI quanto à utilização do esporte como ferramenta retórica pela UNESCO.

Simultaneamente, a UNESCO também não se intrometeu diretamente no Movimento Olímpico<sup>21</sup>.

O compartilhamento do moralismo esportivo internacional, em uma perspectiva de esporte para a promoção da paz, fez com que uma relação menos conflituosa entre COI e UNESCO, conseqüentemente, entre COI e ONU, começasse a se desenhar. Com a chegada da década de 1990, uma possibilidade de parceria entre as duas organizações vem à tona, uma vez que a ONU passava por uma crise de idealismos e credibilidade, e o Olimpismo aparecia como uma alternativa para oferecer a virada do jogo<sup>22</sup>.

Com relação à crise de credibilidade da ONU, essa se dá no início da década de 1990, após a Guerra Fria, no contexto do então secretário-geral Boutros Boutros-Ghali. Daquele contexto emergiu uma necessidade de intervir mais diretamente em ações para promoção da paz, com missões como as da Somália, Ruanda e Bósnia, que acabaram não cumprindo esse objetivo. Esses fracassos levaram a questionamentos a respeito da credibilidade da ONU como organização atuante na manutenção da paz e, também, sobre a adequação de suas intervenções, que teriam gerado um efeito contrário ao esperado<sup>21</sup>. Esse contexto conturbado, inclusive, fez com que alguns Estados-membros revissem sua participação nessas ações. Os Estados Unidos, maior financiador da organização, foi um destes membros, o que trouxe conseqüências econômicas para a ONU.

É neste contexto que o COI aparece como um parceiro potente, uma vez que a ONU estava se interessando por organizações que poderiam, através de seus próprios fundos, atingir objetivos em comum. O Movimento Olímpico mirava uma grande comercialização com o então presidente do COI, Juan Antonio Samaranch e, com o fim do amadorismo esportivo, os Jogos Olímpicos se provavam cada vez mais lucrativos. O neoliberalismo e a busca pela legitimação da ONU tornaram o COI um parceiro muito atraente<sup>1,23</sup>.

### **Considerações finais**

O presente estudo objetivou construir articulações e reflexões analíticas a respeito da relação histórica entre o COI e a ONU. Resgatando a origem destas organizações, muitas semelhanças foram identificadas, assim como movimentações de convergência. Ambas surgiram em um contexto global que impulsionou o nascimento de instituições internacionais voltadas para a promoção da paz. No Movimento Olímpico, o discurso do

esporte como ferramenta apaziguadora é evidente desde os primórdios, quando Pierre de Coubertin elaborou escritos a respeito do que deveria ser o Olimpismo. A ONU é uma consequência da Segunda Guerra Mundial, e surge na emergência de se construir um mundo mais pacífico que não sofresse novamente com grandes guerras.

Quando identificamos os principais países envolvidos nas articulações que deram origem ao COI, é notável forte influência europeia. Um francês foi o principal sujeito responsável pela criação dos Jogos Olímpicos modernos e da filosofia do Olimpismo, contando com a colaboração de outros europeus representantes de uma elite. A ONU é uma filha dos Estados Unidos, e possui poder concentrado em poucos países do Norte Global. Conseqüentemente, é a partir de um ideal etnocêntrico que as ações de promoção da paz e desenvolvimento são articuladas pela ONU, com essa lente definindo os países onde se é necessário intervir.

Essa raiz etnocêntrica foi acompanhada de uma pretensão de propagação de valores universais. O COI vem, desde sua origem, defendendo a ideia de que os valores do Olimpismo são universais e potentes para se construir uma sociedade unificada e cosmopolita. Isso converge em ações de homogeneização cultural, onde valores etnocêntricos são hegemônicos, e os demais, marginalizados. Isso se encontra na ONU, onde as perspectivas do Norte Global se traduzem em ações que ocorrem especialmente em países do Sul Global.

A semelhança discursiva e identitária dessas organizações fez com que, em determinado momento, elas desenvolvessem discursos de convergência, pautado em um fenômeno cultural de alto potencial catalisador: o esporte. O Esporte para o Desenvolvimento e a Paz se construiu como ferramenta retórica impulsionadora para as duas instituições.

Portanto, o discurso, como podemos observar, aproximou COI e ONU em uma relação que vem se desenvolvendo há mais de 50 anos. Aos poucos as organizações pactuaram-se em busca de imagens institucionais positivas. O COI foi um parceiro político sólido quando a ONU enfrentou uma crise de credibilidade ao fim do século XX. O oposto ocorreu no século XXI, quando o COI, após a crise olímpica, começou a desenvolver agendas similares e convergentes às da ONU, com menções diretas a essa organização e suas políticas e, portanto, comprometendo o seu discurso de ‘apolítico’.

Após os diferentes acontecimentos mencionados neste texto, é possível inferir que a relação entre COI e ONU não se materializa apenas discursivamente. A partir do final do século XX, essa relação se concretizou em ações das duas organizações. O fechamento do UNOSDP para que o COI assumisse, de maneira majoritária, o setor do Esporte para o Desenvolvimento e a Paz, indica que essa relação orienta decisões das organizações, alcançando materialidades que demandam atenção e análise.

## Referências

- 1 Rubio K. Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*. 2010;24(1):55-68.
- 2 Silva K, Boff R. Nós, os povos das nações unidas: do eurocentrismo excludente à pluriversalidade da ONU. In: Schmitz G, Rocha R. (Ed.). *Brasil e o sistema das nações unidas: desafios e oportunidades na governança global*. Brasília: Ipea; 2017. p. 59-88.
- 3 Roma J. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. *Ciência e cultura*. 2019;71(1):33-39.
- 4 Rubio K. Agenda 20+20 e o fim de um ciclo para o Movimento Olímpico Internacional. *Revista USP*. 2016;(108):21-28.
- 5 Schreiner L, Kastrup V, Mayer J. Sport for development and peace in the United Nations: an empirical study on the development of the role of SDP in the UN in the context of the closure of the UNOSDP. *International Studies: Interdisciplinary Political and Cultural Journal (IS)*. 2024;29(1):85-102.
- 6 Giulianotti R. O setor de esporte para o desenvolvimento e a paz: um modelo sociológico de agências pacificadoras. *Pensar a Prática*. 2012;15(3):553-574.
- 7 Júnior NF. Colonisation Sportive: o laboratório da “simbiose” racismo e esporte moderno. *Revista do centro de pesquisa e formação*. 2021;(13):73-98.
- 8 Rubio K. Do olimpo ao pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. *Revista Paulista de Educação Física*. 2002;16(2):130-143.
- 9 Ribeiro LC. A (des)politização dos Jogos Olímpicos modernos. *História: Questões & Debates*. 2020;68(37):208-228.
- 10 Parry J. Olimpismo para o século XXI. *Ciência e Cultura*. 2016;68(2):49-53.
- 11 Fraga GW. Os boicotes aos Jogos Olímpicos de Moscou (1980) e Los Angeles (1984) no contexto da Guerra Fria. *Revista História: Debates e Tendências*. 2023;23(3):134-147.
- 12 Giglio SS, Rubio K. A hegemonia europeia no Comitê Olímpico Internacional. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*. 2017;31(1):291-305.
- 13 Senn, AE. *Power, politics, and the Olympic Games: a history of the power brokers, events, and controversies that shaped the games*. Champaign: Human Kinetics; 1999.
- 14 Bigo D. A sociologia política internacional distante da grande síntese: como articular relações entre as disciplinas de relações internacionais, sociologia e teoria política. *Contexto Internacional*. 2013;35(1):173-195.
- 15 Weiss TG. The United Nations: before, during and after 1945. *International Affairs*. 2015;91(6):1221-1235.
- 16 Breviglieri E, Souza RZ. O direito internacional público: A Organização das Nações Unidas. *Revista Linhas Jurídicas*. 2009;1(1):30-41.

17 Silva E, Tavares NF. A Eficácia do Conselho de Segurança das Nações Unidas e as Perspectivas de Reforma. *Revista Da Escola Superior de Guerra*, 2020; 35 (75): 13-26.

18 Gledhill J, Caplan R, Meiske M. Developing peace: the evolution of development goals and activities in United Nations peacekeeping. *Oxford Development Studies*. 2021;49(3):201-229.

19 Luijk NV. The International Olympic Committee: a United Nations permanent observer of post-politics? *International Area Studies Review*. 2018;21(2):134-149.

20 Meier C. The early relationship between UNESCO and the IOC: considerations, controversies, cooperation. *Diagoras: International Academic Journal on Olympic Studies*. 2017;(1):229-248.

21 Ferreira F. Síntese da história do desporto. *Povos e culturas*. 2004;(9):151-172.

22 Burke R. The United Nations, the International Olympic Committee, and the renovation of the Olympic Truce. In: Keys BJ. *The ideals of global sport: from peace to human rights*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press; 2019. p. 85-105.

23 Nicolliello M. The new agenda 2020+5 and the future challenges for the Olympic movement. *Athens journal of sports*. 2021;8(2):121-140.